

■ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

Of./04

A : Comissão de Licitação do TRE Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ILMO. Senhor Pregoeiro, Raul Almeida da Paz

REF: RECURSO IMPUGNAÇÃO RESULTADO PREGÃO 43/2019

Objeto da Licitação :

"Contratação de serviço de manutenção corretiva ao sistema de câmeras digital (CFTV digital) com software de monitoramento de Imagens DIGIFORT, localizado na sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital - Termo de Referência ." Grifo nosso.

A Seltron Tecnologia de Segurança Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.146.342/0001-54, com sede e foro na Rua Dr. Barreto, nº 364 - Edifício Center 70 - Sala 101./104 Lauro de Freitas Bahia, por seu Representante Legal abaixo assinado, ut contrato social em anexo, vem, respeitosa e tempestivamente, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17.07.2002 e art. 12 do Decreto nº 3.555/2000, exercer o seu constitucional direito de petição através da presente.

Do Pregão Eletrônico Nº. 43/2019 em face dos fundamentos de fato e de direito a seguir alinhavados:

1. DO CONSTITUCIONAL DIREITO DE PETIÇÃO.

INICIALMENTE, calha sublinhar o respeitado magistério de José Afonso da Silva , no sentido de que o direito de petição é definido

"como o direito que pertence" a uma pessoa de invocar a atenção dos Poderes Públicos sobre uma questão ou uma situação, seja para denunciar uma lesão concreta, e pedir a reorientação da situação, seja para solicitar uma modificação do direito em vigor no sentido mais favorável à liberdade. Ele está consignado no art. 5º, XXXIV, "a", da CF/88 que assegura a todos o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder.

Nota-se que ele se reveste de dois aspectos: pode ser uma queixa, uma reclamação, e então aparece como um recurso não contencioso (não jurisdicional) formulado perante as autoridades representativas; por outro lado, pode ser uma manifestação da liberdade de opinião e revesti-se o caráter de uma informação ou de uma aspiração dirigida a certas autoridades. O direito de petição cabe a qualquer pessoa. Pode ser, pois, utilizado por pessoa física ou por pessoa jurídica. É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a quem é dirigido escusar pronunciar-se sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação. A Constituição não prevê sanção à falta de resposta e pronunciamento da autoridade, mas parece-nos certo que ela pode ser constrangida a isso por via do mandado de segurança, quer quando se nega expressamente a pronunciar-se quer quando se omite. Cabe, contudo, o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, quando a petição visar corrigir abuso, conforme o disposto na Lei 4.898/65".

Assim, e porque tempestiva a presente promoção, deve o Senhor Pregoeiro recebê-la como recurso, atribuindo-lhe efeito suspensivo para evitar que o prosseguimento do pregão acarrete a violação de direito subjetivo dos licitantes, tutelado no art. 4º da Lei nº 8.666/93, de aplicação subsidiária. Nesse particular, vem a talho a lição posta por Carlos Ari Sundfeld , in verbis:

"Não terá efeito de recurso a alegação, feita após o termo marcado para o oferecimento da impugnação, de que o edital contém falhas ou irregularidades que o viciam",

Acrescentando que

"o correto, para dar cumprimento aos objetivos da lei, é suspender o ato até a solução da impugnação", pois o direito de petição, cf. prescrito no art. 5º, XXXIV, "a", da Constituição Federal de 1988, vincula-se à necessidade de amplíssimo controle dos atos administrativos (princípio da autotutela), sendo

poder-dever de a Administração conhecer e decidir sobre as denúncias de irregularidades que fulminam o resultado do edital, até porque seria imperioso fazê-lo ex officio, cf. art. 49 da Lei nº 8.666/93.

Isto tudo posto, a Impugnante requer de plano o sobrestamento da marcha do pregão até o julgamento definitivo do presente articulado, o qual, em caso de improvável desprovemento pelo Sr. Pregoeiro, deve ser convertido em recurso de representação, ex-vi do art. 109, inciso II, da Lei nº 8.666/93, aplicado subsidiariamente, e nessa condição remetido à ilustre autoridade superior para o exercício do poder-dever de autotutela dos atos administrativos.

2. AD MERITIS.

Segundo a boa doutrina, o edital de licitação é o ato formalmente administrativo por cujo meio a Administração torna público o seu propósito de licitar um determinado objeto, nele estabelecendo os requisitos para a habilitação dos licitantes e para a elaboração das respectivas propostas, fixando, além disso, as cláusulas e condições do futuro contrato. Consiste, portanto, no documento fundamental da licitação, por isso que se afirma ser ele a "lei interna do certame". No entanto, e como professa Marçal Justen Filho , "a grande maioria dos problemas práticos ocorridos em licitações deriva da equivocada elaboração do ato convocatório. Não seria exagero afirmar que os equívocos na elaboração dos editais constituem-se em fatores muito mais prejudiciais do que as complexidades ou defeitos da Lei".

Evocando a lição do saudoso Hely Lopes Meirelles , temos como

"nulo o edital omissivo ou errôneo em pontos essenciais, ou que contenha condições discriminatórias ou preferenciais, que afastem determinados interessados e favoreçam outros".

No caso concreto, o edital se afigura correto ao exigir as habilitações necessárias a uma boa contratação, porém, este deveria ser seguido ao "pé da letra" afim de evitar incongruências em pontos essenciais, como se demonstrará nos tópicos adiante.

3. Bem examinado objeto do certame em questão, constata-se que está totalmente correto. As informações e detalhamentos do objeto é irrepreensível, porém, é falta irreparável para a continuidade deste certame o fato de que o vencedor que não possua contrato social pertinente ao objeto a ser contratado.

No edital citado, o Item 10.1.3 Habilitação jurídica, trás como observação: "O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação" Grifo nosso.

Ocorre que, o licitante declarado "vencedor" não é empresa de segurança eletrônica com respectivo CNAE de acordo com as determinações editalícias.

Nome do Licitante declarado vencedor : LS TECNOLOGIA E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELLI.

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL :
47.51-2-01 Comércio Varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.
CÓDIGOS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS :
43.21-5-00 : Instalação e manutenção elétrica "grifo nosso".
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente

A única atividade exercida pela LS Tecnologia e Comércio que pode ter levado esta honrada entidade a confundir - se com os documentos apresentados, está supra citada e grifada : "Instalação e manutenção elétrica".

O fato é que o edital não está contratando serviços de instalação de equipamentos ou manutenção elétrica.

Se fosse uma contratação para manutenção em lâmpadas, fiação elétrica ou em tomadas, o contrato social da licitante vencedora seria totalmente compatível com o participante declarado vencedor. Não é o caso deste certame.

Os técnicos que irão realizar o serviço de manutenção no CFTV não se aproximarão sequer do quadro elétrico do TRE para executar os serviços que estão sendo solicitados.

Todas as câmeras do TRE são alimentadas a partir do rack concentrador e switches que enviam a alimentação por tecnologia PoE (Power Over Ethernet) e conforme visita realizada estão transmitindo seus 12/24V normal.

Não será feita manutenção elétrica nenhuma.

Na relação de atividades apresentadas pelo licitante, encontra-se muita coisa :

Comércio de Cal, areia, brita, tijolo, telha, peça para automóveis, câmeras de ar, ferragens, saneantes domissanitários e nem por perto do que está sendo solicitado no edital eles passam.

Ressalte-se que, para dar manutenção no software DIGIFORT, contratado pelo TRE, a empresa deve realizar curso de formação técnica perante o fabricante do mesmo. Podem tirar a dúvida consultando o fabricante {Telefone Digifort : (11) 4226-2386} ou fornecedor que entregou a solução de CFTV do TRE.

Os serviços licitados são de:

"Contratação de serviço de manutenção corretiva ao sistema de câmeras digital (CFTV digital) com software de monitoramento de Imagens DIGIFORT, localizado na sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital - Termo de Referência ."

Nota-se através do exigido em edital, que se trata de um circuito fechado de televisão com demanda por manutenção em algumas câmeras e em seu software DIGIFORT.

Ocorre que, em nenhuma das atividades apresentadas pelo licitante vencedor em seu cartão de CNPJ, está incluso ou autorizado alguma das solicitações editalícias.

Não se trata de manutenção elétrica...

4. Não foi apresentado o Registro da empresa LS TECNOLOGIA E COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI, perante o CREA.

A mesma deveria apresentar obrigatoriamente, conforme exigido na Habilitação Técnica, Item 10.1.7, alínea "a)" o seu registro perante o CREA. Como o resultado foi homologado ?

Ao invés de apresentar a certidão de Registro do CREA, o licitante declarado vencedor apresentou documentos que não trazem o registro da empresa.

Uma "certidão conjunta" emitida pela própria empresa que deveria comprovar seu vínculo e não atende ao exigido no edital (por falta declaração de anuência do engenheiro) e outro documento que parece um "print" do site do CREA onde não é possível identificar o número do registro, o tipo de registro ou o processo. Ressalte-se a data de ontem na referida certidão conjunta.

Item 10.1.7 - Habilitação técnica alínea "c" - Outro documento disponibilizado com o nome de "comprovante de cargo e função do Engenheiro na LS", na verdade não trata de comprovação de vínculo com a empresa, pois, não se trata do registro da licitante perante o CREA, como pede e orienta o edital. Portanto, inválido.

Não é de nenhum destes documentos que trata o edital no item 10.1.7 - Habilitação Técnica, alínea "a".

Contato CREA local para averiguação do modelo de registro das empresas perante o mesmo: 071.3453.8990

ART não é CERTIDÃO DE REGISTRO.

Basta simples consulta junto ao CREA de qualquer unidade da Federação.

5. Não foi apresentada a Certidão de Acervo Técnico (CAT)

A empresa LS TECNOLOGIA E COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 22.942.082/0001-26, não apresentou a Certidão de Acervo Técnicos - CAT, do CREA contrariando a alínea "b" do edital das exigências para Habilitação Técnica.

As "ART" juntadas não representam a Certidão de Acervo Técnico (CAT) solicitada.

O edital deixa claro ainda que deveria ser comprovado o vínculo profissional através de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, pela certidão de registro no CREA (não apresentada) desde que nesta certidão conste o nome do profissional ou por declaração de contratação futura do profissional, (optaram por essa modalidade) desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional.

A empresa optou pela comprovação do vínculo através de declaração e não juntou a declaração de anuência do Engenheiro, que se trata de exigência soberana e editalícia.

6. A ART REGISTRO DE ART FORA DA ÉPOCA (RAT) Nº PE20160059289, não trata do objeto do edital, em local algum está incluso os serviços de manutenção em CFTV ou em software. Apenas os serviços de elaboração de projeto estão constando.

A ART OBRA / SERVIÇO Nº PE20170104530, idem acima. Vide documentação disponibilizada.

7. O atestado emitido pela empresa "TECBRAS" não trata de serviços de manutenção corretiva em sistemas de CFTV digital. Trata de serviços de execução ou seja de instalação e ainda indica o curto período de um pouco mais que 30 dias. Portanto, inválido. Ressalte-se que, o atestado não possui a chancela no CREA do DF ou de qualquer outro estado.

8. O atestado emitido pela empresa "BIOPALMA" refere-se ao "fornecimento" e não trata de manutenção corretiva, conforme solicita o edital. Ressalte-se que, o atestado não possui a chancela no CREA do Pará ou de qualquer outro estado.

9. O segundo atestado emitido pela empresa "BIOPALMA" refere-se ao "planejamento, fornecimento e implantação de sistemas de CFTV IP, cabeamento estruturado e sistema de cercamento eletrônico" e também não trata de manutenção corretiva, conforme solicita o edital. Ressalte-se que, o atestado não possui a chancela no CREA do Pará ou de qualquer outro estado.

Surpreende a empresa declarada vencedora não ter apresentado a certidão de acervo técnico, onde os três atestados de capacidade técnica apresentados pelo licitante deveriam figurar como parte do acervo da empresa, conforme alínea "b" do Item 10.1.7 – Habilitação Técnica e mesmo assim ter sido declarada vencedora !

Como o objetivo de todas as licitantes era "vencer o certame" com toda certeza, da forma que se encontra publicado o resultado desta licitação, ou seja, mesmo terem deixado de apresentar o principal documento que comprova habilitação técnica, ganharam o certame, joga-se por "água abaixo" todo o esforço das demais empresas que trabalham para manter em ordem toda sua documentação.

10. DA CONCLUSÃO.

Como se vê, o edital claro em pontos essenciais que não foram levados em consideração antes de declarado o vencedor, por isso que o resultado deve ser revisto, bem como para permitir a correta escolha entre as empresas devidamente habilitadas, assim, além de preservar os princípios da competitividade e isonomia previstos na Lei nº 8.666/93, o TRE fará uma contratação melhor e dentro dos limites que preconiza o edital.

1 – O contrato social da empresa vencedora não é pertinente ao objeto a ser contratado. Uma vez que não haverá serviço de manutenção elétrica ou instalação.

2 – A empresa vencedora não apresentou seu Registro no CREA. Documentos juntados ao processo não condizem com o referido no edital "Registro da empresa no CREA"

3- Não foi apresentada "certidão de acervo técnico" (CAT).

ART não é Registro nem Certidão de Acervo (CAT).

4 – Os ART's apresentados, não tratam dos serviços licitados (Manutenção de CFTV digital)

5 – Os atestados apresentados, não tratam dos serviços licitados, lidam com planejamento e fornecimento de soluções em soluções eletrônicas, portanto, divergem do exigido neste certame.

Agradecemos a esta honrada instituição e pedimos desculpas por questionar itens basilares no resultado e documentos que avaliamos.

Requeremos ao ilustre Pregoeiro Sr. Raul Almeida da Paz, que revogue a decisão de declarar vencedora a empresa LS TECNOLOGIA E COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI, por não ter apresentado toda a documentação exigida em edital e dê continuidade ao pregão com avaliação das demais empresas, suas propostas e documentação das mesmas.

Termos em que pede Deferimento.

Lauro de Freitas Bahia, em 21 de Novembro de 2019

Seltron Tecnologia de Segurança Ltda.
Lindomar Souza
Representante Legal

[Voltar](#) [Fechar](#)